

REVISTA

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO & CIDADANIA

VOL. 1 | Nº 22 - OUTUBRO 2022

Bailando sobre cadáveres



Revista Conhecimento & Cidadania

Editorial

Leandro Costa – Editor-Chefe
Munique Costa – Editora Adjunta
Pedro Costa – Editor Auxiliar

Produção e Designer

Edson Araujo
Munique Costa
Leandro Costa

Redação

Edson Araujo
Pedro Costa
Munique Costa
Leandro Costa

Colunistas

Edson Araujo
Leandro Costa
Mauricio Motta
Pedro Costa
Danielly Jesus
Maria Cecília Pontes Carnaúba

O conteúdo do **Caderno Direito nas Escolas** é independente e não tem correlação direta com a linha editorial da Revista Conhecimento & Cidadania.

Todas as entrevistas são previamente consentidas e guardam fidelidade com as declarações dos entrevistados.

O conteúdo desta edição foi produzido por **voluntários** que autorizaram a publicação de seus trabalhos, **não sendo remunerados**, sendo-lhes garantida a menção de autoria.

Revista Conhecimento & Cidadania

Vol. I – Nº 22 – Outubro de 2022

Rio de Janeiro – RJ

Curso Menezes Costa – CNPJ 28.814.886/0001-26

ISSN 2764-3867

Bailando sobre cadáveres

Por Leandro Costa



Uma das maravilhas da antiguidade era o conhecido [Colossos de Rodes](#), uma escultura de bronze que representava o deus Hélios, divindade grega do sol, adorada na ilha cujo nome batizara a grande obra. Em que pese tenha sido uma construção ímpar, tanto que, constava no rol das maravilhas da idade antiga, tal monumento não resistira por muito tempo, pois um terremoto abalou sua estrutura, destruindo-a.

A construção teve início em 294 a.C e perdurou por doze anos, sendo um símbolo da vitória de Rode face a invasão movida por Demétrio I, da Macedônia. O terremoto, por sua vez, ocorrera em 225 a.C, derrubando a imponente obra, contudo, as partes foram completamente destruídas e removidas do local somente no ano de 654 da era cristã, quando os árabes invadiram a ilha.

Importante observar que a grande diferença cultural fez com que os árabes não tivessem considerado o valor histórico dos restos do monumento, o que, não é uma exclusividade daquele povo. Era comum, infelizmente ainda é, que um povo de cultura diferente não preservasse símbolos que possuem valor histórico insubstituível. Talvez por isso, alguns [comemoraram o incêndio da Catedral de Notre Dame em Paris](#).

Para a mentalidade revolucionária, destruir a lembrança e o sagrado é uma das principais ferramentas para criar uma cultura paralela, dando margem ao chamado revisionismo histórico, nota-se que não se trata de resgate e sim do ato de esconder o passado, dando às futuras gerações uma versão ficcional que seja interessante à revolução. A história pode ser resgatada quando, por exemplo, uma evidência desconhecida é encontrada, fazendo com que determinado episódio da história humana, até

então desconhecido, seja revelado, todavia, pode ser que o resgate se necessário para trazer ao conhecimento de todos aquilo que, propositalmente, fora encoberto.

Uma das ações revolucionárias, no sentido de reescrever a história, é a derrubada de estátuas, destruição de documentos e queima de livros, para ilustrar temos a destruição da estátua de [Borba Gato](#) e a Resolução do Congresso Nacional nº 4 de 28 de novembro de 2013, que tornou nula a vacância da presidência da República efetuada pelo Congresso Nacional no dia 02 de abril de 1964, de maneira que a participação do Poder Legislativo foi apagada da história.

Destruir a história é tirar de um povo sua identidade, podendo substituí-la por uma artificialmente cunhada pela elite revolucionária. Incutir nas mentes dos indivíduos sentimentos que não lhes são próprios é uma tarefa que demanda um grande aparato, para tanto, a revolução precisa cooptar agentes para que sirvam de pontes entre a grande massa e a elite revolucionária.

O elo entre a [Torre de Marfim](#) e as hordas, precisa ter forte influência entre seus seguidores, devem acreditar estarem em uma condição especial e precisam temer a perda de sua posição. Tais elementos se tornam mais identificáveis nas chamadas embalagens vazias, posto que, por serem peças de fácil descarte, não podem se opor aos seus senhores.

A beleza reluzente dos bailes atrai os mais frágeis como a luz faz com insetos, podendo deixar-lhes cegos em relação a tudo aquilo que o cerca, sendo uma armadilha fatal. Mas viver entre o glamour da dita alta sociedade, gozando do luxo, cobra um preço para tais indivíduos que, se forem atingidos por alguma dosagem de moral, recusar-se-ão pagá-lo.



Quanto mais dependente do aparato for o agente que serve de elo, mais se submeterá aos desmandos de seus senhores, fazendo com que a elite revolucionária tenha total controle sobre sua existência. Imaginemos um artista de grande influência se sujeitar a uma exposição na qual faz um papel de total idiota para que as explicações de seu interlocutor, na forma de ensino, possam atingir seus seguidores.

Em um primeiro momento, é preciso que o elo tenha considerável influência sobre um nicho de pessoas, o que é comum entre artistas, comunicadores em geral e líderes de segmentos, tais como, sindicatos, movimentos sociais, torcidas organizadas e outros tantos grupos que possam ser conduzidos como [os minoritários são](#). Estes grupos assumem uma forma de mentalidade coletiva, que decorre da ideia de consciência coletiva de Émile Durkheim, na qual um grupo social comunga de determinados valores e de uma moral.

Assim, a mentalidade coletiva, menos enraizada, acaba sendo uma constante tomada de decisões pelo grupo que não podem ser questionadas ou afastadas do mesmo, de tal forma que o indivíduo que se dissociar dela, terá o ostracismo como sanção, deixando de pertencer ao coletivo e sendo despido de seu sentimento de pertencimento.

O ostracismo somente surtirá efeito se o indivíduo tiver o apego pelo grupo, sentindo que sua expulsão é uma punição, por tal razão, alguém que perde a ligação sentimental com o coletivo revolucionário não compreender-se-á sancionado, mas, liberto de uma prisão sem muros. O sentimento de pertencimento deve ser reiteradamente alimentado, fazendo com que cada um se identifique como parte do corpo, ainda que isso implique a rejeição de seus valores.

Aquele que lidera a matilha também precisa nutrir tal pensamento, para que guie seus seguidores no sentido de mantê-los cativos e servis aos anseios revolucionários, os chamados idiotas úteis precisam seguir suas lideranças, mas o líder também precisa conservá-los em suas rédeas, mantendo seu capital de influência e sua lealdade à revolução. O agente revolucionário que serve de elo, liderando determinado grupo, está preso em uma relação de poder e submissão em relação ao seu grupo, pois, perder o controle resultará na sua imprestabilidade aos olhos da elite que o controla e não representar seu secto fará com que procurem um novo guia.

A sedução do poder precisa ser consideravelmente forte, para que entorpeça tal indivíduo fazendo com que se torne um arauto da revolução, essa figura acaba por sentir-se especial, mais que os outros, uma vez que, exerce influência e se destaca como alguém que consegue guiar, em favor ou contra, os membros de seu secto conforme sua vontade. Quanto maior alcance de sua influência e relevante for sobre tais membros, o arauto terá mais força aos olhos dos que possuem as chaves dos palácios, permitindo que escale na sociedade barganhando a vontade alheia, haja vista, está se inclina conforme seu comando.

Aos moldes do [Flautista e Hamelin](#), os arautos da revolução sabem que seu poder de barganha está no número de indivíduos que pode conduzir, assim, quem comanda um movimento social consideravelmente grande, sabe ter força para participar dos banquetes, pois, seu rebanho será a mão de obra para os anseios da revolução. Alguém que consiga mover, pela força de sua vontade, um grande

número de pessoas, terá mais valor para a revolução, de forma que, grupos bestializados são ainda mais valorosos que os menos agressivos, controlar bestas violentas serve para intimidar opositores.



Sua alma perder-se-á entre a música e a sedução, ficando cada vez mais crédulo que é um ser iluminado e superior aos outros, corrompido pelo poder e o luxo que dele resulta, o arauto tem uma tendência natural em se transmutar num ser que se afasta de seu secto, assumindo que é mais próximo, existencialmente, da elite que o usa.

Ao passo que o arauto da revolução se considera um membro da elite, se distância do grupo que cativara, ficando ainda mais dependente do estamento para manter-se como relevante. Não por acaso, influenciadores que tiveram uma origem na classe média baixa e pobre, tende a se afastar dos seus e apoiar-se nos que considera seu novo grupo, gerando um novo sentimento de pertencimento que o elitiza, extraindo daquilo que começa a ver como massa de manobra e material, buscando se afixar como uma estrela na constelação. Efeito comum entre as celebridades que ascendem rapidamente, cujo sucesso decorre de um momento pontual ou de fato casual.

Arautos da revolução podem agir de forma inconsciente, sendo talvez mais perigoso em se comparando aos que sabem que fim pretendem atingir, simplesmente por estarem ainda mais apegados aos afagos que lhes são concedidos em troca de sua colaboração. Um líder sindical ou de uma militância revolucionária saberá quando recuar ou avançar, sendo um oponente muito mais astuto e perigoso, entretanto, o estrago feito por um influenciador, um artista, um chefe de agremiação, facção criminosa ou similar, por não receber um comando direto, pode agir de forma temerária, causando danos muito maiores.

O único motivo dos arautos da revolução serem recebidos nos palácios é para que possam cumprir sua missão de elo, aproximando-se de seus senhores e, cada vez mais, desprezando seus seguidores, entretanto, não são raros os casos em que tal efeito é propositalmente criado pelos senhores, fazendo com que, ao se sentir parte da elite, o arauto seja capaz de causar dano ao seu secto em favor aos que julga ser sua nova tribo, por outro lado, o medo do ostracismo se transfere para o grupo que acredita ser seu novo lugar, adquirindo com este o sentimento de pertencimento para substituir o que desprezara, torna-se um escravo da elite e uma farsa.

Supondo que um artista do baixo clero ou um influenciador “outsider” consiga ascender ao posto de celebridade, por seu próprio esforço, ou ainda pior, por obra de um mecanismo que lhe impulsionou às nuvens. Naturalmente, será “acolhido” pelas estrelas, muitas delas, também arautos da revolução, mas que já perderam toda a lembrança de que foram seres comuns um dia.

A doce morte dos iludidos ocorre quando sua prestabilidade se exaure, quando olham para aquilo que fizeram e constataam que serviram como um guia para o abatedouro, o que, infelizmente, se ocorrer, pode ser tarde demais. Alguns dos líderes acabam tendo a consciência do mal que promoveram e buscam se retratar, mas sabem que isso o trará, não somente o ostracismo, mas a vendeta de seus pares, uma vez que, ao expor a podridão que manipula as pessoas, acaba desnudando aqueles que não buscam a redenção, pois mantiveram-se entorpecidos pelo que creem a ambrosia dos eleitos.

Nada incomoda mais um revolucionário que um ex-revolucionário convertido.

Existem seres ainda piores, indivíduos materialistas que jamais arreponder-se-ão de suas ações, seja por serem vazios ao ponto de se contentar com a felicidade material, ou, por terem realmente a ambição como único “valor” que os move, acreditando que o poder justifica tudo e que o arrependimento é uma fraqueza.

Esses falsos profetas guiaram seu rebanho para a condenação, em um primeiro momento por acreditarem que seguem a luz, posteriormente, por estarem tomados pela sedução do poder e sucesso, e, por derradeiro, por não se importarem mais com as consequências de suas ações ou com seu secto, pois consideram-se de uma casta superior. Não por acaso, os líderes revolucionários abandonam o povo e o escraviza assim que chegam na posição almejada.

A condenação do rebanho implica a condenação do arauto, que tornar-se-á inservível, salvo se conseguir alcançar um patamar no qual possa influenciar outros grupos, colocando-se acima de outros que almejam sua posição e seduzindo-os para que sigam seu caminho. Não obstante, a maioria lutará para se manter como um convidado aos glamourosos bailes e ter passe livre entre a “nobreza”, fazendo qualquer coisa para que não sejam devolvidos à sua origem e marginalizados no meio em que se sentiram acolhidos e felizes.

Corrompidos pela própria vaidade, dançarão sobre mortos se isso for uma condição *sine qua non* para permanecer entre as estrelas, pois, a soberba os consumira e o medo da queda os assombrará por toda sua existência. Os diversos tipos de arautos da revolução, de teólogos da libertação aos influenciadores das redes sociais, sempre estarão de mãos dadas para seduzir os mais fracos e se apresentar como relevantes e capazes de guiar os rumos.

Por mais que um indivíduo se identifique como parte de um grupo, o que é saudável, bem como, veja em uma figura pública um bom exemplo, ao perceber que os laços de aproximação de tal arauto é resultado de sua assimilação por parte de um sistema que funciona como um mecanismo engenhosamente alinhado, é de suma importância observar que as ações de tal ser, ainda que de forma inconsciente, podem estar servindo aos interesses dos revolucionários.

Aos arautos, espera-se que despertem para que possam se libertar de sua prisão luxuosa, tendo em consideração que sua alma é aquilo que possuem de maior valor. Aos que estão livres do sentimento revolucionários, cumpre a missão de despertar aos incautos. Não podemos desprezar o mal, pois ele estará disposto a tudo para se perpetuar e seus agentes dançaram sobre cadáveres de preciso for para não perderem aquilo que acreditam ter conquistado.

Lembrem-se de quanto sangue a revolução derramou e ainda derrama para manter o seu tango da morte.



“No passado surgiram falsos profetas no meio do povo, como também surgirão entre vocês falsos mestres. Estes introduzirão secretamente heresias destruidoras, chegando a negar o Soberano que os resgatou, trazendo sobre si mesmos repentina destruição. Muitos seguirão os caminhos vergonhosos desses homens e, por causa deles, será difamado o caminho da verdade. Em sua cobiça, tais mestres os explorarão com histórias que inventaram. Há muito tempo a sua condenação paira sobre eles, e a sua destruição não tarda”. 2 Pedro 2:1-3

Por que liberais fazem a curva à esquerda?

Por Danielly Jesus



O segundo turno de qualquer pleito eleitoral é marcado por apoios: políticos e personalidades diversas aparecem e declaram voto em determinado candidato que mais se assemelha às suas convicções, fazendo que com seus admiradores elejam o tal político. Inclusive os concorrentes perdedores do primeiro turno articulam com seus partidos qual será o melhor caminho a seguir a partir daí.

Nestas eleições o presidente *Jair Bolsonaro* recebeu apoio de vários políticos: os governadores eleitos *Romeu Zema (NOVO)* e *Cláudio Castro (PL)*, além do governador de São Paulo *Rodrigo Garcia (PSDB)* tornaram público que estão à direita na segunda etapa da eleição. Na classe artística, chamou a atenção a união de vários artistas sertanejos em prol da reeleição de Bolsonaro: *Leonardo, Zezé Di Camargo, Sula Miranda, Gustavo Lima, Chitãozinho* e a dupla *Henrique e Juliano* se reuniram em Brasília, no palácio do Planalto, e em entrevista coletiva à imprensa pediram aos fãs que reelejam o presidente.

Na ala vermelha da força, os apoios não surpreenderam, a priori: Fernando Henrique Cardoso, tucano raiz, já se posicionou a favor do petista, Simone Tebet (MDB) decidiu ficar contra o agronegócio (que Lula chamou de “fascista”) e foi para o lado esquerdo, juntamente com *Ciro Gomes (PDT)*.

Contudo, um grupo de pessoas surpreendeu ao declarar apoio ao descondenado petista: liberais econômicos. *Pedro Malan* (ex-ministro da Fazenda do governo FHC), *Elena Landau* (ex-assessora da

presidência do BNDES e ex-diretora da área responsável pelo Programa Nacional de Desestatização do governo FHC) e o movimento liberal *LIVRES* expuseram sua escolha por Lula. Esses movimentos trouxeram uma interrogação: como que liberais econômicos podem apoiar alguém que, quando esteve na presidência, roubou bilhões dos cofres públicos? Como ninguém trouxe essa explicação, me permito esclarecer esta dúvida.

Primeiro, gostaria de esclarecer: o conservador já é liberal economicamente falando, porque entende que o Estado deve ser mínimo, e não inexistente. Contudo, via de regra, o liberal não é conservador; muitos pensam que esta classe, por defender a Economia, está do lado direito da força, e não é assim. O maior exemplo que temos em solo brasileiro é o *Movimento Brasil Livre (MBL)*, que vendeu uma imagem de direita liberal, mas chegaram a fazer manifestação juntamente com Ciro Gomes em 2021.

E por que os liberais tomam esta atitude? Um dos motivos é a culpa: há um clamor promovido por uma classe “*intelectual*” para uma chamada “*sociedade mais justa*”. A esquerda prega que a “*classe burguesa*” é quem promove a desigualdade, pois concentra a renda. O que esse grupo faz para “*aliviar*” esta culpa? Investe seu dinheiro em movimentos de esquerda, que alegam trabalhar por esta “*justiça social*”. E como acontece a “*lavagem cerebral*” para que liberais ajam dessa forma? O saudoso professor Olavo de Carvalho, em seu artigo “*Direto do inferno*” (disponível no livro “*O mínimo...*”), mostra quem são os agentes da culpa: “*Os cientistas sociais, os psicólogos, os jornalistas, os escritores, as ‘classes falantes’ (...) são forças de agentes da transformação social, as mais poderosas e eficazes, as únicas que têm uma ação direta sobre a imaginação, os sentimentos e a conduta das massas.*”

As “*classes falantes*” contaminam a massa, o povo; o povo se rebela; a esquerda acusa os ricos; e os ricos, com peso na consciência, contribuem para a “*causa*”. A esquerda “*elogia*” a postura, a “*classe falante*” propaga e o povo compra a ideia. E assim, o sistema se autoalimenta.

O liberal possui um pensamento que resume-se a uma palavra: dinheiro. Notem a postura destes que estão ao lado de El Cachacero: não levam em conta a questão moral, a falta de caráter, o rombo nos cofres públicos, enfim. Em contrapartida, ao levantarem-se em favor do ex-presidiário, citam a expressão “*democracia*”. Vamos analisar de qual “*democracia*” eles sentem falta.

Em 2014, o jornal *Valor Econômico* publicou um levantamento com base em dados dos 50 maiores bancos: os lucros foram de R\$ 279,9 bilhões durante todo o governo de Lula, contra R\$ 34,4 bilhões durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso. O Valor Econômico analisou ainda outro indicador que, segundo a reportagem, pode comparar com mais precisão os balanços nos dois períodos. Considerando a rentabilidade média sobre o patrimônio líquido, os bancos continuam ganhando mais no governo Lula, cujo indicador é de 20,1%, do que no FHC (7,04%). Ele mede o quanto os bancos estão tendo em retorno sobre o capital que investiram (patrimônio).

O adversário eleitoral Ciro Gomes chegou a dizer que o Partido dos Trabalhadores (que irônico, não?) transferiu mais dinheiro aos bancos do que aos pobres: “R\$ 4,88 trilhões, no período em que o Lula deu as cartas do poder brasileiro, foram transferidos para os bancos, via juros. E, R\$ 332 bilhões foram transferidos para os pobres no Bolsa Família. Isso é uma coisa concreta.”

Agora, trago um recorte do jornal *Esquerda Diário*, que, por incrível que pareça, trata deste assunto com honestidade intelectual, mostrando que a relação de Lula com a alta classe é antiga:

“A política de facilitação de crédito, como a redução do dinheiro que os bancos têm que deixar depositado nos bancos, resultou numa liberação massiva de reais no mercado. Em 2002, o crédito disponibilizado no país era de R\$ 380 bilhões, em 2010, chegou a R\$ 1,6 trilhões.

Isso se transformou em ‘o aumento do poder de compra dos brasileiros’, ao passo que o salário médio dos trabalhadores não representou esse salto. Com o constante aumento da inflação, acompanhado do aumento dos juros, o que foi chamado de ‘poder de compra’ dos trabalhadores, era o aumento da parte do salário que ia para o bolso dos banqueiros.

Nunca os banqueiros lucraram tanto no país. Em 2011 calculou-se em torno de R\$ 200 bilhões (sem corrigir com a inflação atual, o que elevaria esse valor) nos 8 anos de Lula. Com grande parte do salário dos trabalhadores destinado aos cofres dos bancos, mesmo numa crise econômica, os bancos continuam aumentando seus lucros.

Todas as políticas que beneficiaram estes banqueiros tiveram como resultado o endividamento em massa.”

Liberais geralmente viram à esquerda porque lhes falta a bússola moral para reger a vida moral. O professor Olavo explica isso em seu artigo “*Por que não sou liberal*”: *O liberalismo é a firme decisão de submeter tudo aos critérios do mercado, inclusive os valores morais e humanitários (...) O liberalismo é um momento do processo revolucionário que, por meio do capitalismo, acaba dissolvendo no mercado a herança da civilização judaico-cristã e o Estado de direito.*”

Aqueles que não possuem uma régua moral para se guiar acabam cooptados pelo discurso progressista de lutar pela “*justiça social*” e alimentam o monstro que irá devorá-los, mais dia, menos dia.

Escravismo à Brasileira (Continuação)

Por Maurício Motta



Neste artigo continuaremos a tratar sobre a questão da escravidão no Brasil e suas características. A partir de agora buscaremos nos colocar em meio à sociedade brasileira do século XIX e entender qual o papel desempenhado pelos escravizados no contexto daquele período de transformações para o Brasil.

A antiga rua do Valongo, localizada no Rio de Janeiro e aberta no século XVIII, iniciava no Cais do Valongo e seguia em direção à região mais ao centro da cidade. Posteriormente chamada de rua da Imperatriz, na última década do século XIX recebeu seu nome atual, rua Camerino. Esta rua tem importância na história do Rio de Janeiro por ter abrigado o mercado de escravos da cidade, desde sua transferência do Largo do Terreiro da Polé (Praça XV) ainda em meados do século XVIII. Lá eram recebidos, preparados e exibidos à venda todos os cativos destinados aos mais diversos fins, tanto na cidade do Rio quanto nas regiões mais ao interior.

Estima-se que cerca de um quarto dos que eram enviados ao cais do Valongo chegavam mortos ou morriam em poucos dias, mais um quarto se encontrava doente ou bastante debilitado. Os sobreviventes eram vendidos de acordo com sua condição física após o período de quarentena e “engorda”, e também de acordo com suas “prendas e feitos”, ou seja, habilidades e aparência física. O cenário descrito pelos viajantes em trânsito pela cidade, quando se referiam aos locais de exposição e venda de escravos era desagradável, mas do ponto de vista dos residentes na cidade, tudo funcionava qual um estabelecimento

como tantos outros. Apesar do que se poderia chamar de “perdas” inerentes ao “negócio” (do ponto de vista comercial), a lucratividade era alta, muito alta. Cabe reiterar o que afirmamos no artigo que precedeu a presente continuação: o que estamos buscando é a inserção do leitor no pensamento, nos usos e costumes da época e para tanto é preciso apresentar os fatos tais como eram e não como os vemos hoje.

De forma bastante resumida, podemos apresentar duas formas de exploração do trabalho escravo naquele período: os escravos rurais e os escravos urbanos. Quanto aos primeiros, suas vidas e mortes já vem sendo apresentadas há muito tempo em obras de cinema e televisão. É fato que sua expectativa de vida era baixíssima, na maioria das vezes não ultrapassando os 25 anos de idade, sendo expostos a jornadas intensas de trabalho, castigos, alimentação limitada, e locais de descanso precários. Sendo fatos historicamente incontestáveis, são inegáveis. Todavia, não podemos nos furtar ao dever de lembrar que, os fatos mais chocantes e excêntricos sempre chamam mais a atenção, ganhando mais destaque. Assim, é fato também que mesmo os escravos rurais, eventualmente recebiam de seus “senhores”, pequenas partes de terra de menor interesse econômico para que ali pudessem plantar em seu único dia de descanso (o domingo), desde que cumprissem seus deveres religiosos comparecendo à missa, em igrejas destinadas aos negros. Também o tipo de serviço rural não estava limitado a uma única modalidade, assim como variavam as formas de trato de cada senhor para com seus escravos. As generalizações facilitam a compreensão, mas podem distorcer a realidade ao mesmo tempo em que buscam atingir seus fins.

Quanto aos escravos urbanos, são menos conhecidos por não experimentarem realidades tão dramáticas quanto os escravos rurais. Dentre os tipos historicamente conhecidos, existiam os escravos de ganho, que mesmo estando ligados a um “senhor”, ofereciam sua mão de obra a quem dela precisasse, mediante pagamento que era repassado diariamente ao seu “senhor”. Assim, carregadores, barbeiros, dentistas, vendedores ambulantes e mecânicos em geral (o termo mecânico era atribuído genericamente às tarefas de artífices) eram vistos comumente oferecendo seus serviços nas estreitas ruas do Rio de Janeiro colonial. Pelo tipo de ofícios a que se dedicavam, tendo as ruas como local de exercício, seria de se imaginar que as fugas se verificariam em massa e diariamente. Todavia não era essa a realidade. As pesquisas em jornais de época mostram que as fugas ocorriam no cenário urbano, mas eram a exceção à regra, geralmente ligadas aos abusos dos “senhores”. Para além dos escravos de ganho, os domésticos também eram muito comuns. Se estes últimos compartilhavam da intimidade dos lares urbanos ainda mais proximamente que os de ganho, teriam mais possibilidades de atentar contra a vida de seus “senhores” e iguais possibilidades de fuga. Mais uma vez as fugas eram as exceções à regra. Os castigos físicos existiam, mas sequer se aproximavam do modelo estereotipado reproduzido comumente. Os serviços urbanos dependiam fundamentalmente da confiança daquele que “possuía” em relação ao “possuído”. Os castigos exagerados destruiriam aquela confiança e tornariam o serviço de ganho inviável.

Para os escravos urbanos, a possibilidade de guardar recursos repassados pelos senhores ou mesmo desviados dos ganhos diários, oportunizava o acesso à compra de suas alforrias ou de outros. As compras podiam ocorrer individualmente ou por algo análogo à cotização de recursos com o fim de libertar um membro cotista.

Outro ponto que causaria estranheza a quem tivesse uma visão romantizada da questão escravista seria o fato de que mesmo os alforriados, aqueles que tivessem recebido ou comprado sua liberdade com recursos próprios ou por ação de algum benfeitor ou grupo, mesmo estes quando podiam, tornavam-se também proprietários de escravos. Ainda mais estranho pareceria ao examinar o caso do escravo Manoel Joaquim Ricardo que, ao morrer em 1865 era “proprietário” de outros vinte e oito escravos e quatro casas. Sua condição de escravo não o impedia de possuir outros na mesma condição que a sua. Por que Manoel não teria buscado antes a sua própria liberdade? A posse de escravos representava mais em termos de ascensão social que a própria liberdade em si mesma. Óbvio que a compra de escravos por outros escravos não era possível a todos, mas era uma possibilidade que merece ser incluída no campo de análises.

As relações sociais construídas no Brasil desde o início da exploração escravista, que acompanharam todo o desenvolver da economia colonial, tiveram ainda mais um elemento singular, a miscigenação. Portugal contava com cerca de um milhão e meio de habitantes no início do século XVI. A ocupação e a interiorização da colonização dependeram muito da miscigenação e das relações que portugueses estabeleceram. Quando aqui chegavam, os homens portugueses vinham geralmente desacompanhados e as jovens portuguesas que imigravam era bastante raras. A ideia estereotipada do europeu português adentrando impetuosamente as matas durante as “entradas e bandeiras” não poderia estar mais afastada da realidade. Os bandeirantes eram em geral guiados por mestiços, associados aos índios que conheciam como ninguém os caminhos e riscos da jornada rumo ao interior.

O racismo até o final do século XIX não era um fenômeno coletivo no Brasil, tampouco se tornou depois. Nem mesmo em sua suposta forma “estrutural” como defendem alguns setores de movimentos raciais. O racismo não faz parte coletivamente do imaginário brasileiro, pois, a vacina que tem imunizado a coletividade de nosso povo é justamente a reunião de etnias, culturas e crenças sobre um mesmo solo. A gênese desse câncer moral que é individualmente constatável em alguns pobres de espírito, chegou ao Brasil sob o título científico de Eugenismo. Foi com os estudos científicos de Francis Galton, que cunhou em 1883 o termo eugenia e definiu sua teoria como *"o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente"*, e que no final da década de 20 se tornou a base para as teorias sociais degeneradas aplicadas na Alemanha nazista, que descobrimos também representada no Brasil com a criação da Sociedade Eugênica de São

Paulo em 1918 e da Comissão Central Brasileira de Eugenia em 1931, esta pseudociência fortaleceu as ideias racistas de superioridade e de pureza de raça em parte do meio acadêmico no Brasil e no mundo.

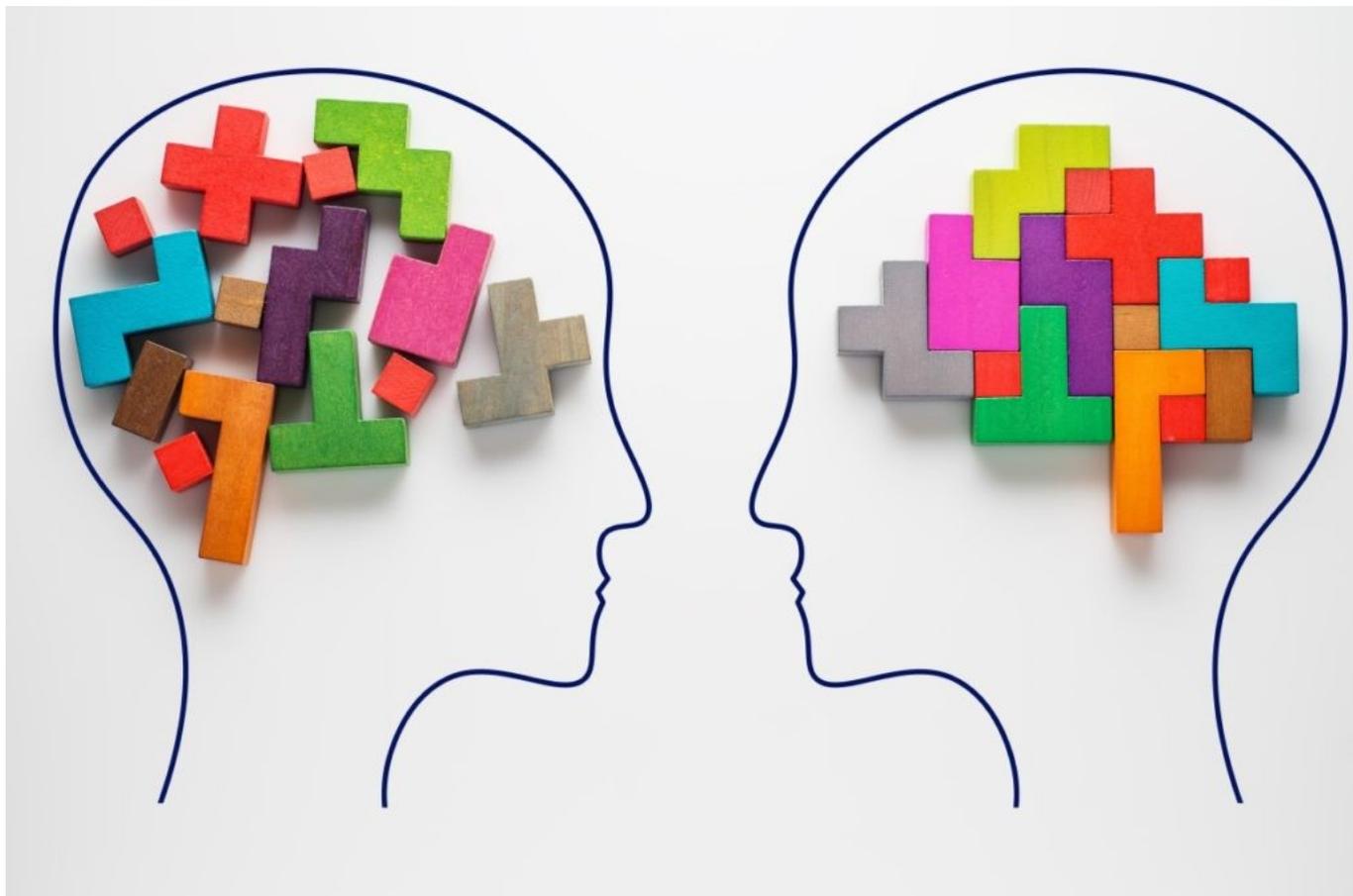
Menos de cem anos não foram suficientes para desenraizar as ideias eugenistas que ainda são apoiadas, ainda que tacitamente (ou inconscientemente) por pessoas racistas, mas que não significa dizer que o Brasil seja um país coletivamente racista. A questão fundamental de um suposto ‘conflito social coletivo’ (se é que poderíamos usar este termo) está assentada sobre as questões econômico-sociais e não sobre questões étnicas. Lembremos da construção das relações sociais com bases na mestiçagem, dos escravos proprietários de escravos, do valor econômico-social da posse de escravos, da questão cultural envolvida na posse de outros seres humanos nos séculos passados, da chegada da eugenia como quebra de paradigma social e, finalmente, no anacronismo da análise apartada do espaço-tempo que configura os fatos históricos, e teremos o cadinho das ideias distorcidas que supõem a sociedade brasileira como uma sociedade onde o racismo estrutural define a visão de mundo dos cidadãos. As políticas sociais dirigidas como fenômenos compensatórios e a perversa ideia de que os negros e mestiços brasileiros (que são a maioria de nossa população) precisam de cuidados como se fossem inferiores ou disfuncionais, são propagadas como apanágios, quase artigos de fé.

Os conflitos que são atribuídos a um suposto racismo estrutural ou de caráter étnico, são fundamentalmente conflitos econômico-sociais. Como pretendemos explicar antes, existem doentes morais e espirituais que guardam em si os pressupostos do eugenismo e se veem como seres superiores. São antes tristes individualidades que não formam supostas coletividades.

O que precisam os brasileiros, independente de etnia, cor de pele, sexo, crença ou qualquer elemento singular é o reconhecimento de que somos antes de tudo humanos. Precisamos também de educação escolar séria e digna, formação moral voltada ao desenvolvimento de nossas potencialidades divinas, incentivo à autonomia, e todo e qualquer instrumento que ofereça ao ser humano as condições de autodeterminação, sustentabilidade e liberdade. Sem estes esforços, brancos, negros, homens ou mulheres continuarão escravos, não de senhores, mas de ideologias, governos totalitários, governantes inescrupulosos. A verdadeira liberdade acontece de dentro para fora e nenhum coletivo humano é escravo eterno de seu passado. As forças que atualmente mobilizam as comunidades descendentes dos primeiros negros brasileiros sabem bem disso. Sabem também que a revolta é uma força que quando dirigida é capaz de construir ou destruir. Finalmente, sabem que a ignorância perpetuada é a chave para o sucesso revolucionário de suas ideologias degeneradas.

Sobre a organização das ideias

Por Edson Araujo



Na Natureza, temos várias referências a que chamamos de “gabarito” e numa linguagem filosófica chamamos arquétipo.

Citarei um exemplo bem popular para fácil entendimento, pois sem esse entendimento básico toda a ideia implícita no texto fica comprometida.

Temos na natureza uma referência que é o tempo, e para muitos o tempo passa, é curto ou longo, é bom ou mal, em fim há várias qualidades que se convencionam ao tempo, mas com uma breve reflexão percebemos algo importante e isto é que, " O tempo não passa".

Alguém dirá: Como assim, o tempo não passa?

Exatamente, o tempo é imóvel, o que passa é seu reflexo ou seu movimento que seria um fenômeno do tempo.

Passam as horas, minutos, segundos, dias, meses, etc...

Estes são fenômenos, movimentos do tempo, algo que está contido no tempo.

Outro arquétipo é o Amor, nesse caso, o que passa é a paixão que é uma sombra do amor e uma sombra é algo que mostra uma forma, mas nunca o conteúdo.

A ideia principal aqui é chamar a atenção para a “ORGANIZAÇÃO”.

A organização não é exatamente um arquétipo, mas o reflexo de um arquétipo que é a “ORDEM”.

Já escrevi um texto onde explico de forma bem básica o que seria a ordem, mas hoje quero focar nesse seu reflexo.

A organização é fundamental para tudo o que há na vida e quando eu escrevo, tudo quero dizer, tudo o que há manifestado na Natureza.

Imaginem um organismo sem organização?

Não seria um (orga-nismo), o que lhe permite ser um organismo é por que tem presente a organização.

O que há de desorganizado que cumpra sua função?

Uma empresa, uma repartição pública, uma família, etc..

O corpo humano desorganizado é um corpo doente e que por isso não consegue cumprir seu papel.

Para além destes exemplos físicos existem no mundo os aspectos psicológico e mental.

Uma pessoa emocionalmente desorganizada se quer pode viver em sociedade, por que estar organizado pressupõe a ideia de que tudo está em seu devido lugar, exatamente o que deveria estar, do jeito que deveria estar.

Assim são as ideias do mundo mental, ideias desorganizadas podem gerar caos em um ambiente onde o combustível é a ordem, a organização e a harmonia.

O campo mental é exatamente onde nascem as ideias e tudo o que se constrói subjetiva e objetivamente começa neste campo.

Mas, o que isso tem a ver com nosso momento histórico?

Há um movimento cada vez mais crescente em nossa sociedade para trazermos seus elementos básicos como: Justiça, liberdade, família, saúde, enfim, todos os elementos que nos tornam mais “civilizados” e isso é na verdade o fruto que queremos colher no presente e no futuro.

Porém do que é formada esta sociedade tão sonhada?

De pessoas bem organizadas em suas ideias, se estamos organizados dentro, estaremos fora, ou seja, uma sociedade dos sonhos é formada por cidadãos dos sonhos.

Se queremos um país organizado temos que saber que o que o organizará tem que portar esta organização.

Se organizarmos as peças do tabuleiro, aí sim poderemos desfrutar de tudo que o jogo oferece.

Em síntese, as pessoas que querem que seu país seja uma referência deve antes portar esta referência, como na Grécia e Roma antiga ou mesmo no Egito antigo, onde o cidadão, só seria considerado um cidadão se ele fosse um portador da ideia de Estado.

Quem pode promover a justiça?

Um juiz, advogado, ministro da justiça ou qualquer membro do judiciário?

Não, só pode promover justiça aquele que é seu portador, seja ele quem for.

Qual sociedade pode promover a liberdade?

Aquela em que seus cidadãos internalizaram a própria.

Assim como só pode vender um produto a empresa que o tem em seu interior (estoque), caso contrário é propaganda enganosa.

Enfim este texto tem o objetivo de pôr luz no caminho que queremos traçar.

Há um aforismo que diz: " Se eu não confio no mensageiro, eu não recebo a mensagem."

E como a receberá se o mensageiro não estiver portando a mesma?

Resumindo: Há que começar em nós, nas nossas ideias, ações, comportamentos, em nossas famílias, amigos, vizinhos, no bairro, cidade, estado, país e, por fim, no mundo.

Olhem para nós e por nós mesmos para que não sejamos apenas um fenômeno que passa, pode ser bom ou ruim, que tenha apenas qualidade e não substância.

Que nos apoiemos nos referenciais da natureza e nos ideais altivos do Cristo, para que sejamos a semente que gerará a árvore que dará o bom fruto, de onde comerão as futuras gerações.

Que Deus abençoe nossa jornada!!

[Clique na imagem e inscreva-se no canal!](#)



Cátaros, Políticas Sociais, Preconceitos e Constituição

Por Cecília Carnaúba



Há muito tempo surgiu a doutrina gnóstica, ensinava que no princípio dos tempos existiu uma divindade perfeita, continha em si tudo o que existe. De um instante para outro, este todo deu início a um processo constante de partição em pedaços iguais, em essência, e opostos em acidentes. Deste processo surgiram masculino/feminino, claro/escuro, o alto e baixo etc.

Segundo estes teóricos, também de um instante para outro, a partição produziu uma partícula diferente, os demais pedaços da divindade primeira, que antes se julgavam iguais, ao ver a partícula diferente perceberam que não eram completos, faltava-lhes algo que estava presente na partícula diferente.

Isto desintegrou a divindade, suas partículas se dispersaram e prosseguiram o processo de partição interminável. Para conter a desintegração da divindade, surgiu um ente, o Demiurgo, que criou a matéria e dentro dela aprisionou as partículas divinas. Interrompeu o processo de desintegração através do aprisionamento das partes do divino.

Neste processo há uma divindade boa, o todo inicial, e um Deus mau, o criador da matéria. O paganismo fundava-se nesta doutrina, a matéria era má porque aprisionava do divino que precisava, a qualquer custo, libertar-se para tentar trilhar um caminho de retorno à unidade original, à plenitude. O platonismo é mostra clara desta cosmovisão.

Platão, em Fedon, afirmou categoricamente estar seguro do avanço que lhe traria sua transferência para junto dos deuses que são excelentes amos, por isso não se revolta com a ideia de morte, pelo contrário, tem esperança nela. Por isto, as crianças deveriam ser educadas para temer a morte o menos possível e tornarem-se adultos corajosos para lutar pela liberdade mais do que pela própria vida.

Depois deste pensador, Cristo ensinou que não existe “início”, como dizem os gnósticos, Deus é infinito, não há princípio nem fim, ademais existe somente um Deus. É bom, não comporta partições, é simples no sentido de unidade, personificação, cuja vontade difusora de amor criou a matéria. No Cristianismo a matéria é dom, essencialmente boa, por isso a defesa da vida é a primeira lei natural.

No cristianismo a liberdade é valor fundamental. Esta é uma das mensagens advindas da crucificação de Cristo, que além da revelação de fé, sobre ressurreição de corpo e alma para os que se empenham em viver a ordem de valores por ele ensinada, nos ensina que a liberdade, inclusive direito de expressão da verdade, exige coragem e grandeza de personalidade. O Homem deve empenhar-se na vivência das virtudes.

O gnosticismo pagão se infiltrou na igreja de Cristo através de diversas seitas inclusive dos maniqueístas e sobretudo dos cátaros. Estes pregavam a mortificação do corpo, a autoflagelação, eram contra o casamento pois produzia mais matéria, os filhos, novos cárceres da alma, centelha divina aprisionada. Nessas circunstâncias, achavam preferível o amor livre e matavam mulheres, sobretudo as grávidas.

Profanavam os templos e cultos católicos pois não aceitavam a existência humana como um bem, nem que Deus houvesse se encarnado em Jesus. O suicídio era o ponto alto da doutrina cátara como forma de libertação da partícula divina presa na carne. Violavam a primeira lei natural, basilar para o catolicismo: preservação da vida.

Sua conduta produzia indignação social e reações em que tanto os cidadãos quanto o poder político secular, os agrediam e matavam violentamente. A desagregação social que produziam era tamanha que há quem defenda que se sua doutrina se tornasse universal devia levar a extinção da raça humana.

Os cátaros marcaram vivamente o simbolismo da realidade material do homem como um mal, cuja malignidade era insuperavelmente maior na mulher em face de sua natural fecundidade, capacidade de reprodução. A doutrina era oposta à orientação católica de elevada distinção da dignidade da mulher, que o Novo Testamento traz a lume através do escrito descritivo do primeiro milagre de Jesus Cristo.

Nesta oportunidade, a mãe de Jesus, ao pedir-lhe que intercedesse pois havia faltado vinho na festa onde estavam, Este respondeu: “Mulher, o que existe entre nós? Minha hora ainda não chegou.”. De imediato, atende seu pedido e transforma água em vinho.

Ao enfatizar a palavra mulher, Jesus revela e ressalta que a mulher é capaz de dar causa à vontade divina de realização do bem, tem força suficiente para vencer obstáculos: “minha hora ainda não chegou”. O pedido de uma mulher move a vontade de Deus. A simbologia da mulher transmuta-se de subserviência ao maligno, comum às ideologias gnósticas, para a intercessora de bênçãos junto a Deus Filho.

Os movimentos sociais que posteriormente expressaram a igualdade entre homens e mulheres, inicialmente em face da lei e posteriormente em direitos e obrigações, assim como proteções específicas relativas a maternidade, partem da orientação Cristã. Assim também as normas constitucionais proibitivas de qualquer tipo de discriminação do ser humano.

Seguiram-se a estes movimentos as inserções normativas constitucionais de reconhecimento de igualdade, entre homens e mulheres, de modo que a variação de sexo é acidental, incidente sobre uma mesma substância denominada espécie humana⁶. A igualdade de que tratam as normas modernas, em especial a Constituição brasileira, é a igualdade essencial. Nesta senda, reza o inciso I, artigo 5º que reconhece a igualdade, em direitos e obrigações, para homens e mulheres.

É esta mesma essencialidade comum à espécie humana que autoriza a Constituição da Republica de 1988 a reconhecer, no artigo 5º, que todos são iguais perante a lei. Refere-se à igualdade essencial da qual são acidentes a cor da pele, o comportamento religioso a forma de exercício da liberdade individual etc.

Enfim, o Estado brasileiro registra, na Constituição, a herança ancestral ocidental que se estruturou através da transposição do paganismo grego para o cristianismo. É este o fundamento de sua orientação sistêmica de respeito à dignidade humana como espécie.

Esta cosmovisão que se crava na Constituição brasileira e traz como elemento a confiança na autonomia individual para gestão do próprio destino, tem o mesmo sentido utilizado pela União Europeia e expresso em um de seus documentos gerentes de desenvolvimento econômico: apoio aos compromissos de geração de emprego e estímulo à aprendizagem para que o crescimento individual seja resultado do esforço próprio de superação das dificuldades individuais e motor do desenvolvimento nacional.

Nesta linha de entendimento, a Constituição da República Federativa do Brasil estabelece, no inciso IV, artigo 1º que o trabalho e a livre iniciativa são fundamentos do Estado e associa a esta premissa o objetivo de Estado de desenvolvimento nacional na forma do inciso II, artigo 3º.

O artigo 3º da Constituição da República traz como único instrumento de ação, para alcance dos objetivos de Estado, o desenvolvimento nacional, é de se entender que os demais objetivos serão

alcançados através dele. Nesta linha, o objetivo estatal de solidariedade, expresso no mesmo dispositivo, também se subsume ao instrumento de desenvolvimento nacional.

O que se impõe ao Estado, objetivamente, é o desenvolvimento. Este, abriga o fomento à geração de empregos, ao livre empreendedorismo, ao sistema de aprendizagem, à estabilidade emocional através da harmonia social e segurança, bem como o cuidado com a saúde.

É fundamental ter em mente a realidade atestada historicamente de que o desenvolvimento sócio/econômico somente se potencializa impulsionado pelo aumento da diferenciação acidental. Esta observação produziu a assertiva de que a evolução cultural, com a civilização dela decorrente, trouxeram a diferenciação, riqueza crescente e grande expansão da espécie humana.

Nestas condições, o dever estatal de promoção do desenvolvimento nacional para geração da sensação de bem-estar interno exige o fortalecimento da percepção individual de igualdade essencial, simultaneamente, com o favorecimento à diferenciação acidental. É a realidade que se apresenta como condição de execução de qualquer competência Estatal de desestímulo à discriminação estabelecida pelo inciso IV, artigo 3º da Constituição.

Por seu turno, o dever de facilitação da aprendizagem inclui o favorecimento do acesso a informações técnicas, associadas ao fomento do reconhecimento da igualdade essencial da espécie humana, tanto quanto o crescimento da virtuosidade humana. É assim por causa da revelação, efetivada pela História de que a moralidade, reflexo de condutas virtuosas, foi o elemento determinante para a civilização atual, pois foram os grupos que seguiram suas regras que conseguiram multiplicar-se e enriqueceram em relação a outros grupos.

O estímulo, do Estado, ao fortalecimento da virtuosidade humana é condição de desenvolvimento nacional que coopera para a construção da justiça social estabelecida pelo inciso I, artigo 3º da Constituição. O dever de desenvolvimento da virtude humana é imperativo civilizacional e condição de realização do objetivo Estatal de superação de preconceitos como determina inciso IV, artigo 3º da Constituição.

Ao Estado brasileiro, por imposição constitucional, compete edificar um ambiente interno favorável ao progresso individual, técnico e de caráter, resultante do empenho próprio de cada cidadão. O fomento ao crescimento individual é atividade de Estado basilar para geração do desenvolvimento nacional, como decorrência natural do esforço conjunto da população brasileira “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”, parágrafo único, artigo 1º da Constituição brasileira.

Para realizar os ensinamentos da História, as políticas públicas e ações de grupos privados fundadas em diferenças acidentais precisam ser desestimuladas e substituídas por outras que fortaleçam a igualdade essencial. O sistema normativo orienta para o estímulo à aprendizagem técnica associada ao

crescimento das virtudes humanas, pois o que gera bem-estar individual, harmonia social e prosperidade é a cooperação de todos com base na confiança advinda da virtuosidade do comportamento humano.

É importante despregar-se das garras da contradição de ressaltar a diferença acidental com o discurso de promoção do bem de todos. O bem comum somente repousa no colo da igualdade essencial, única possibilidade de igualdade humana nesta terra e único caminho de destruição das discriminações.

Os símbolos da doutrina cátara ainda estão vivos no mundo moderno, escondem-se e revelam-se em imagens, obras de expressão plástica, interpretações de teatro, música e que, subliminarmente, ressaltam diferenças acidentais dos seres humanos como instrumento de geração de antagonismo social.

A associação da imagem da mulher à malignidade é apenas um exemplo da vitória do vício da crueldade, estimulado através do fortalecimento das desigualdades acidentais como fundamento para desavenças, sobre o mandamento cristão de caridade humana, alcançável apenas com o desenvolvimento equilibrado da virtuosidade individual. Este movimento parte, necessariamente, do reconhecimento e fortalecimento da igualdade essencial da espécie humana.

As políticas, ou legislação infraconstitucional, de suporte social precisam evitar vivamente fundar-se em desigualdades humanas acidentais e permanentes para passar a apoiar-se em realidades transitórias, que permitam mobilidade dos integrantes dos grupos beneficiados. São exemplo deste segundo tipo os habitantes de determinados espaço, as pessoas que se encontram desacompanhadas no sustento de suas famílias etc.

As normas infraconstitucionais e políticas públicas, ou privadas, fundadas em desigualdades humanas acidentais permanentes são desagregadoras porque apoiam-se sobre o binômio algoz/vítima. São contrárias ao objetivo estatal de desenvolvimento nacional, porque essencialmente discriminativas. A premissa sob que se fundam nega diretamente o reconhecimento da igualdade essencial do homem.

O discurso de redução de desigualdades sociais e da discriminação através de ações de avivamento das desigualdades acidentais do homem é contradição interminável. Tal comportamento labora sobre o engano, esconder-se em promessas de correção de circunstâncias históricas ou condição social quando o resultado por elas produzido é a animosidade interna entre os cidadãos.

Tais ações atraíçoam, porque prometem o que, potencial e intencionalmente, não são capazes de concretizar. Findam por aprisionar à infindável dependência do Estado, os indivíduos para quem dizem buscar tutela. Entrava-lhes a dignidade e a confiança individual na própria capacidade de superação da realidade desvantajosa.

Nestas circunstâncias, para alcance do desenvolvimento nacional, o sistema constitucional determina que a realização dos objetivos de Estado se operem através da utilização de instrumentos verdadeiramente capazes de concretizá-los. São os recursos, reafirmativos da dignidade humana,

fundados no reconhecimento da essencialidade igual do homem, em sua capacidade individual de superação de dificuldades e de contribuição para o desenvolvimento comum.

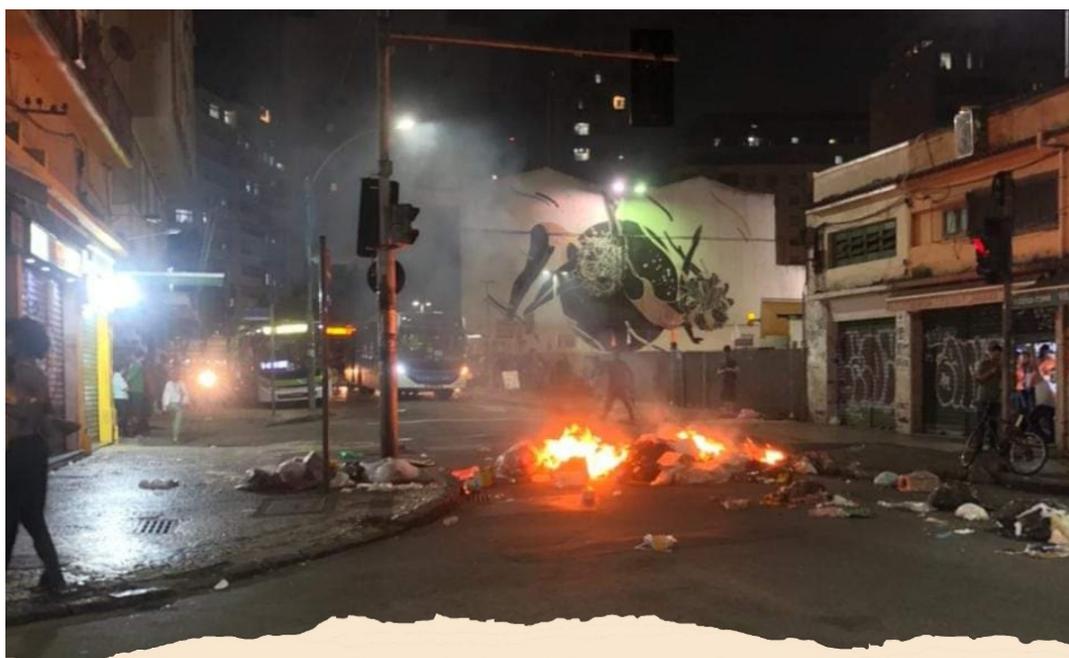
O engano, mentira e a traição que se escondem na base das ações que se pretendem redutoras da discriminação e das desigualdades sociais, mas se fundam no fortalecimento das desigualdades acidentais permanentes, surpreendentemente estão presentes na etimologia da palavra diabo. Para os gregos, diábolos é aquele que engana, traiçoeiro, e para os latinos diabolus é o espírito da mentira, personificação do mal.

Será por esta causa que a Constituição da República é avessa às ações e políticas de fortalecimento das desigualdades acidentais permanentes? Ou será, simplesmente, porque o constituinte conhecia a doutrina gnóstica de que a partição dos essencialmente iguais os transforma em opostos e provoca a desintegração da divindade?

Será que nossa Democracia constitucional resiste a partições dos essencialmente iguais?

Deus nos ajude!

[Clique na imagem e inscreva-se no canal!](#)



Capital do Apocalipse

O Rio de Janeiro como epicentro da guerra cultural no Brasil.

Dia 10/11
às 20:00

LIVE



Leandro Costa



Maurício Motta



Revista Conhecimento
& Cidadania

Variedades

Sugestões culturais

Por Edson Araujo

Livro:

A História do Brasil para quem tem pressa - Dos bastidores do descobrimento à crise de 2015 em 200 páginas!

Um livro essencial para todos que procuram um ponto de partida para se aprofundar na história do Brasil. Diz o poeta alemão Bertold Brecht: “De nada vale partir das coisas boas de sempre, mas sim das coisas novas e ruins.” Seguindo tais conselhos, A História do Brasil para Quem Tem Pressa faz uma digressão sobre a história do país para tentar compreender o tempo presente e responder a algumas perguntas essenciais: • Por que, do ponto de vista político, o Brasil ainda é um país muito frágil? • Por que a nossa imensa riqueza natural não se reverte em um estado de bem-estar social universal? • O que estava por trás da viagem que trouxe Cabral ao Brasil? • Por que o território foi dividido em Capitanias Hereditárias? • Por que fomos a última nação do mundo ocidental a abolir de forma oficial o trabalho escravo?

Além de responder a essas perguntas, Marcos Costa trata também de outros temas essenciais da nossa história: os verdadeiros milagres brasileiros – a cana-de-açúcar, o café e o ouro; a abdicação de D. Pedro I; a Guerra do Paraguai; o papel de D. Pedro II e da Princesa Isabel no cenário da futura República; a República do Café com Leite; a Inconfidência Mineira; a Revolução de 1930; o Estado Novo; a morte de Getúlio; a ascensão de JK; Jango e o golpe militar de 1964; o milagre econômico; o movimento das Diretas Já; FHC e o Plano Real; Lula e o PT no poder.



Música:
Orquestra Sinfônica da Rádio Nacional da Polônia

Thomas Michalak, regente

Arthur Moreira Lima, piano

Katowice, Polônia-1984

[Clique na imagem e ouça](#)



Filme:

À Espera de um Milagre

Milagres acontecem em lugares inesperados, mesmo no bloco de celas para o corredor da morte na Penitenciária Cold Mountain. Lá, John Coffey, um gentil e gigante prisioneiro com poderes sobrenaturais, traz um senso de espírito e humanidade aos seus guardas e colegas de cela.

Baseado no livro homônimo de Stephen King, produtor e diretor é Frank Darabont.

Para ajudar a continuarmos com este trabalho, doe qualquer quantia: PIX: 28.814.886/0001-26



A construção do Bondinho do Pão de Açúcar

Transcrito por Munique Costa



[Therezio Mascarenhas. Construção do Bondinho do Pão de Açúcar, c.,1910. Rio de Janeiro, RJ / Acervo IMS](#)

O Pão de Açúcar com seu bondinho e o Cristo Redentor são os principais pontos turísticos do Brasil, segundo e primeiro mais visitados do país, e marcas registradas do Rio de Janeiro, seus mais conhecidos cartões-postais.

O projeto do bondinho era ousado e grandioso e estava em consonância com as transformações urbanas realizadas no Rio de Janeiro, no começo do século XX, durante a gestão do prefeito [Francisco Pereira Passos \(1836 – 1913\)](#), entre 1903 e 1906. Para sanear e modernizar a cidade, diversas demolições foram feitas. Era a política do “bota-abaixo”, como ficou popularmente conhecida, que contribuiu fortemente para o surgimento do Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Essas transformações foram definidas por [Alberto Figueiredo Pimentel \(1869-1914\)](#), autor da seção “Binóculo”, da *Gazeta de Notícias*, com a máxima “O Rio civiliza-se”, que se tornou o *slogan* da reforma urbana carioca.



[Therezio Mascarenhas. Construção do Bondinho do Pão de Açúcar, c. 1910. Rio de Janeiro, RJ / Acervo IMS](#)

O criador do Bondinho do Pão de Açúcar, Augusto Ferreira Ramos, nascido em 22 de agosto de 1860, em Cantagalo, no estado do Rio, formou-se, em 1882, na Polytechnica do Império do Brasil, atual Faculdade de Engenharia da UFRJ, e tornou-se sócio do Clube de Engenharia, em 1894, por indicação de Conrado Jacob de Niemeyer (1831 – 1905). Faleceu em 28 de julho de 1939, em sua residência, na rua 5 de julho, nº 130, em Copacabana (*O Globo*, 29 de julho de 1939).

Visionário, ele teve a ideia da criação do bondinho, durante a [Exposição Nacional de 1908](#), na região da Urca, no Rio de Janeiro, em comemoração ao centenário da Abertura dos Portos às Nações

Amigas, inaugurada em 11 de agosto de 1908. Ramos foi um dos coordenadores do pavilhão do estado de São Paulo devido ao café, um dos assuntos de seu interesse, e sobre o qual escreveu tanto sobre o seu cultivo como sobre sua comercialização. O café era, na época, o principal produto da balança comercial do Brasil.

A construção de um caminho aéreo entre os morros da Baía de Guanabara alavancaria o turismo na cidade. Conseguiu capital – entre os investidores estavam [Eduardo Guinle \(1846-1912\)](#), [Candido Gaffrée \(1845-1919\)](#) e Raymundo de Castro Maya (1894 – 1968) – apoio do governo e fundou a Cia Caminho Aéreo Pão de Açúcar.

As obras foram realizadas entre 1909 e 1912. O teleférico carioca, cujas duas linhas somam 1325 metros, superou os dois que existiam na época: o do Monte Ulia, na Espanha, com extensão de 280 metros; e o de Wetterhorn, na Suíça, com 560 metros. O empreendimento custou uma fortuna, dois milhões de contos de réis, e centenas de operários, além de alpinistas, trabalharam em sua construção.

Os bondinhos de madeira maciça foram trazidos da Alemanha e fixados nos cabos com o auxílio de guindastes. Foi contratada a empresa alemã J.Pohling, de Colônia, que fabricou e montou os equipamentos.



[Therezio Mascarenhas. Construção do Bondinho do Pão de Açúcar, c..1910. Rio de Janeiro, RJ / Acervo IMS](#)

Finalmente, em 27 de outubro de 1912, foi inaugurado o caminho aéreo no Rio de Janeiro, entre a Praia Vermelha e o Morro da Urca, que se tornaria o mundialmente famoso Bondinho do Pão de Açúcar (*Careta*, 5 de outubro de 1912). Alguns dias antes, houve uma visita da imprensa às obras (*Correio da Manhã*, 10 de outubro de 1912). Em 1º de dezembro, foi inaugurada a iluminação elétrica no caminho aéreo (*Jornal do Brasil*, 1º de dezembro de 1912, na última coluna).

O bondinho no segundo trecho, entre o Morro da Urca e o Pão de Açúcar, numa extensão de 750 metros e 396 metros de altura, começou a funcionar no dia 18 de janeiro de 1913, completando a ligação até o alto do pico do Pão de Açúcar (*O Paiz*, 19 de janeiro de 1913, quarta coluna).



Therezio Mascarenhas. Construção do bondinho do Pão de Açúcar, c. 1910. Rio de Janeiro, RJ / Acervo IMS

Augusto Ferreira Ramos dirigiu a empresa até 1934, ano em que o industrial e banqueiro Carlos Pinto Monteiro assumiu a administração da Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar até 1962, quando o engenheiro Cristóvão Leite de Castro (1904 – 2002) assumiu a direção. Durante sua gestão, em 1969, a Companhia do Pão de Açúcar obteve permissão para duplicar a linha e, após algumas reformas, passou a

contar com quatro novos bondinhos, cada um com capacidade para transportar 75 passageiros. Os trabalhos foram completados em 29 de outubro de 1972.

Em 1993, Cristóvão passou o cargo para sua filha, Maria Ercília Leite de Castro, mestre em Administração de Empresas pela COPPEAD. Em 2002, o bondinho passou por outra reforma com a substituição dos oito cabos de aço e na realização de melhorias como nova pintura, iluminação, equipamento de som e placas de sinalização. Foram gastos 852 mil dólares. Entre 2008, foram inaugurados quatro novos bondinhos e a operação do teleférico foi digitalizada.

Em 2022, zerou suas emissões de carbono e ganhou uma nova marca e um novo lema: Parque Bondinho Pão de Açúcar, “Felicidade lá em cima”. Recebeu de presente, em homenagem aos seus 110 anos uma canção, *O bondinho*, de Roberto Menescal, Alex Moreira e Cris Delanno. É dirigido por Sandro Fernandes.



[Medalha de comemoração dos 100 anos do Bondinho do Pão de Açúcar](#)

Uma curiosidade: em novembro de 2021, Anna Caroline Boyd Martine entrou para a história do cartão-postal carioca, tornando-se a primeira mulher a trabalhar como operadora de cabine do teleférico do Parque Bondinho Pão de Açúcar.



Caderno Direito nas Escolas

Regimes de bens

Por Leandro Costa

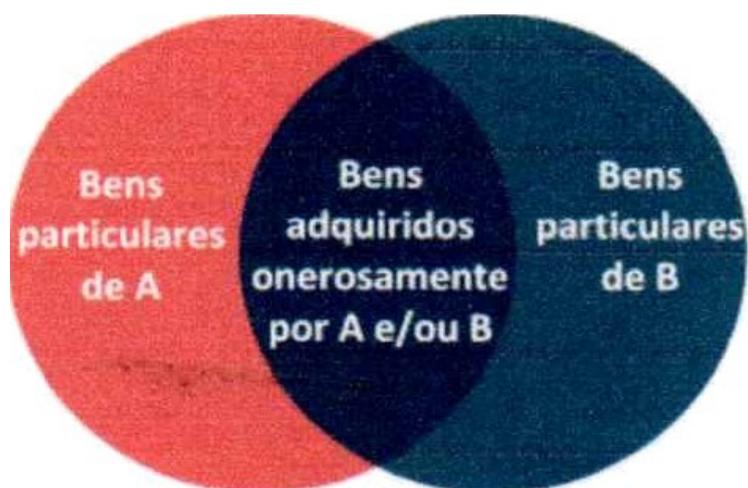
Os principais regimes de bens são:

- Comunhão parcial de bens;
- Comunhão universal de bens;
- Separação de bens;
- Participação final nos aquestos.

Comunhão parcial de bens

Esse tipo de regime de bens é o mais comum no Brasil. Isso porque o Código Civil de 2002 instituiu que, não havendo escolha expressa dos nubentes, vigorara o regime de comunhão parcial de bens.

É oportuno comentar que esse também, em regra, é o regime adotado em casos de união estável. De forma direta, o regime da comunhão parcial de bens se caracteriza pela comunicação apenas dos bens adquiridos onerosamente, por um ou pelos dois, durante o casamento ou a união estável. Assim, bens e valores que cada cônjuge possuía quando do início da relação, assim como tudo o que receberem por sucessão ou doação não se comunicarão.





Caderno Direito nas Escolas

Comunhão universal de bens

Até a Lei do Divorcio, por razões históricas e morais, a comunhão universal de bens era o regime adotado como supletivo (legal), ou seja, quando não havia estipulação contrária pelos nubentes, prevalecia a comunhão universal de bens. Por esse motivo, ainda é muito comum se deparar com esse tipo de regime em casais das gerações anteriores.

Na comunhão universal de bens, prevalece a máxima. “tudo é nosso”. Ou seja, tem-se a criação de uma única massa patrimonial, na qual todo o patrimônio anterior ao casamento é agora do casal e os bens futuros, gratuitos ou onerosos, comunicar-se-ão.

Todavia, a legislação prevê certas exceções à máxima do “tudo é nosso”.

Os bens de uso pessoal, livros, instrumentos de profissão bem como os proventos dos trabalhos pessoais e pensões comumente não integram o patrimônio comum.

Como regra, os bens adquiridos de forma gratuita (doação, por exemplo) se comunicam. Porém, é possibilitado ao doador inserir uma cláusula de incomunicabilidade no bem doado para uma pessoa casada sob o regime de comunhão universal de bens. Assim, os bens não farão parte de futura meação.

Separação de bens

O regime de separação (convencional ou legal) de bens é, via de regra, o oposto do regime de comunhão universal. Como o próprio nome já informa, não há a comunicabilidade tanto do patrimônio anterior ao casamento quanto dos bens futuros durante a constância do matrimônio ou da união estável.

Toda vez que se deparar com o regime da separação de bens, é imprescindível analisar se tal modalidade foi eleita pelos integrantes da relação ou imposta pela legislação visto que as consequências são bastante distintas.

Trata-se de um regime de estrutura mais simples em que, independentemente do tempo de relação, não haverá comunicação de patrimônio entre o casal durante o matrimônio.

Participação final nos aquestos

O regime de participação final nos aquestos é de difícil compreensão e de pouca usabilidade. A sua complexidade reside no fato de que possui uma espécie híbrida, com características tanto do regime de separação quanto de comunhão parcial de bens.

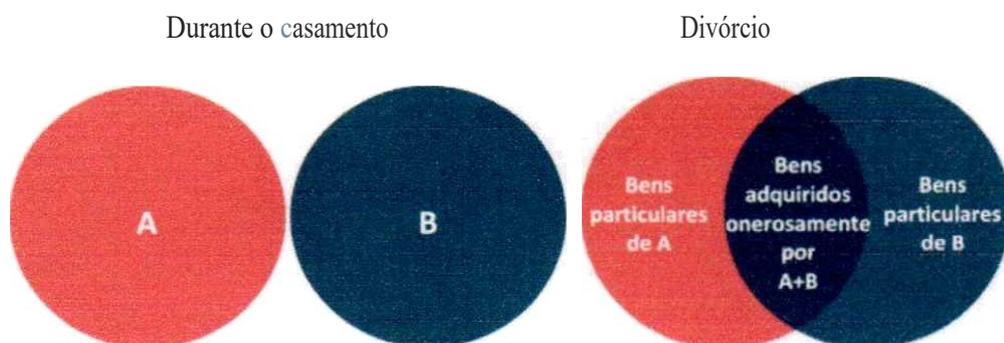
Nesse sentido, os bens adquiridos antes do matrimônio não se comunicam. Na constância do matrimônio, assim como ocorre no regime de separação total dos bens, cada cônjuge mantém seu próprio patrimônio, com administração exclusiva de seus bens, inclusive os imóveis, desde que previamente estipulado no pacto antenupcial.



Caderno Direito nas Escolas

Contudo, na eventualidade da dissolução conjugal, serão apurados os aquestos, em uma situação similar ao que acontece na prática no regime de comunhão parcial de bens. Uma das diferenças seria que, na participação final nos aquestos, somente são contabilizados os bens adquiridos de forma onerosa pelo casal. Já na comunhão parcial de bens, conforme mencionado anteriormente, como regra, não há distinção entre os bens adquiridos, na constância do casamento ou da união estável, pelo casal ou por um dos cônjuges.

Portanto, para a apuração dos aquestos, serão excluídos da soma dos patrimônios próprios os bens anteriores ao casamento e os que em seu lugar se sub-rogaram; os que sobrevieram a cada um por sucessão ou adoção e as dívidas em relação a esses bens. Assim se demonstra o diagrama abaixo:



Alerta-se que as dívidas de um dos cônjuges, quando superiores a sua meação não obrigam ao outro ou aos seus herdeiros.

[Conheça nosso canal no YouTube](#)



Redes sociais

Canal Revista Conhecimento & Cidadania

Inscreva-se e compartilhe!

Live dia 10/11 às 20:00



Capital do Apocalipse
O Rio de Janeiro como epicentro da guerra cultural no Brasil.

Dia 10/11
às 20:00 **LIVE**

 **Leandro Costa**  **Maurício Motta**

 Revista Conhecimento & Cidadania

Colaborador



www.direitonasescolas.com

Para ajudar a continuarmos com este trabalho, doe qualquer quantia:
PIX: 28.814.886/0001-26

Garanta o seu!!!



Revista Conhecimento & Cidadania

A REVISTA DIGITAL DA DIREITA CONSERVADORA



Por Apenas
R\$ 19,90

Acompanhe-nos nas redes sociais

 @RevistaConhecimentoCidadania

 @revistaconhecimentocidadania

 @revistaconhecimentocidadania



Na compra do E-book da Revista ganhe o E-book: O mínimo que você deveria saber para votar em 2022.



Compre aqui

